

SUBSÍDIOS DA PERSPECTIVA OCUPACIONAL PARA A ABORDAGEM AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Subsidies from the occupational perspective for the approach to child development

Subsidios de la perspectiva ocupacional para el enfoque del desarrollo infantil

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha 

<https://orcid.org/0000-0002-0743-603X>

Universidade do Estado do Pará.

Departamento de Terapia Ocupacional.

Belém, Pará, Brasil

Patrícia Carla de Souza Della Barba 

<https://orcid.org/0000-0002-7893-8133>

Universidade Federal de São Carlos.

Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos, São Paulo, Brasil

Folha, D. R. S. C., & Della Barba, P. C. S. (2021). Subsídios da perspectiva ocupacional para a abordagem ao desenvolvimento infantil. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.*, 4(5), 647-655. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto40641.

Resumo

Objetivo: Este manuscrito aborda a centralidade da compreensão das ocupações para a Terapia Ocupacional e objetiva apresentar a perspectiva ocupacional, enquanto subsídio para a compreensão e a atuação profissional dos terapeutas ocupacionais, junto à infância. **Síntese dos elementos do estudo:** Ancorado no conceito de desenvolvimento ocupacional, discutimos a perspectiva do desenvolvimento infantil, a partir e para o engajamento das crianças em ocupações. **Conclusão:** Acreditamos que a perspectiva ocupacional corresponde a um referencial de base para subsidiar as intervenções de terapeutas ocupacionais junto ao público infantil, na busca pelo fortalecimento da oferta de práticas e da produção de conhecimento, fundamentados nas bases e especificidades da Terapia Ocupacional.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Desenvolvimento infantil. Ocupações infantis

Abstract

Objective: This manuscript addresses the centrality of understanding occupations for Occupational Therapy and aims to present the occupational perspective as a basis for understanding and the professional performance of occupational therapists in childhood. **Synthesis of the study elements:** Anchored in the concept of occupational development, we discuss the perspective of child development from and for the engagement of children in occupations. **Conclusion:** We believe that the occupational perspective corresponds to a basic reference to subsidize the interventions of occupational therapists with children, in the search for strengthening the offer of practices and the production of knowledge based on the bases and specificities of Occupational Therapy.

Keywords: Occupational Therapy. Child development. Children's occupations

Resumen

Objetivo: Este manuscrito aborda la centralidad de la comprensión de las ocupaciones para la Terapia Ocupacional y tiene como objetivo presentar la perspectiva ocupacional como base para la comprensión y el desempeño profesional de los terapeutas ocupacionales en la infancia. **Síntesis de los elementos de estudio:** Anclado en el concepto de desarrollo ocupacional, discutimos la perspectiva del desarrollo infantil desde y para la participación de los niños en las ocupaciones. **Conclusión:** Creemos que la perspectiva ocupacional corresponde a un referente básico para subsidiar las intervenciones de los terapeutas ocupacionales con niños, en la búsqueda de fortalecer la oferta de prácticas y la producción de conocimiento a partir de las bases y especificidades de la Terapia Ocupacional.

Palabras clave: Terapia Ocupacional. Desarrollo infantil. Ocupaciones infantiles

1. Introdução

A perspectiva ocupacional funciona como uma lente, através da qual é possível enxergar o fazer humano (Yerxa, 1967). Terapeutas ocupacionais utilizam suas habilidades e competências para promover a participação de famílias, cuidadores, bebês e crianças em suas ocupações cotidianas, por meio das quais as crianças crescem, aprendem e se desenvolvem.

São profissionais aptos para avaliar e promover a participação da criança e da família em atividades que envolvam os aspectos cognitivos, sensoriais, sociais e físicos das crianças, apoiando as famílias para o desenvolvimento do cuidado e identificando oportunidades existentes e potenciais para promover interações positivas entre pais e filhos e entre crianças e ambientes/contextos (Muhlenhaupt et. al., 2015).

Falar sobre desenvolvimento humano, a partir de uma perspectiva ocupacional, nada mais é além do que aquilo que se espera de nós, terapeutas ocupacionais, profissionais que têm, na atenção à infância, uma de suas áreas de atuação mais estruturadas e desenvolvidas. Este campo se estruturou, principalmente, pautado nos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia do Desenvolvimento, campo de conhecimento que, até hoje, fornece importantes e pertinentes subsídios teóricos para a nossa profissão. Porém, é necessário reconhecer que as teorias desta área da Psicologia não respondem à necessidade de visualizar as ocupações infantis e de pautar as intervenções e objetivos, em termos ocupacionais, tal como necessitamos em nossas práticas (Davis & Polatajko, 2006).

Embora a Terapia Ocupacional reconheça que o engajamento ocupacional infantil é tanto processo quanto resultado do processo de desenvolvimento, autores, como Humphry (2002) e Davis e Polatajko (2006), consideram que os terapeutas ocupacionais não demonstram, pelos estudos divulgados, uma clara visão das crianças como seres ocupacionais, visto que a visão enquanto ser em desenvolvimento é predominante nas pesquisas. Além disso, esses autores consideram que essa visão da criança enquanto ser em desenvolvimento não se mostra suficiente para diferenciar a nossa especificidade e sustentar as práticas da profissão. Rodger e Kennedy-Behr (2017) consideram que o modelo desenvolvimentista é o maior obstáculo para uma perspectiva centrada na ocupação.

Visto isso, este manuscrito deriva da Tese de Doutorado intitulada "Perspectiva ocupacional da participação de crianças na Educação Infantil e implicações para a Terapia Ocupacional", defendida no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos e aborda a centralidade da compreensão das ocupações para a Terapia Ocupacional.

Nele, trazemos como objetivo apresentar a perspectiva ocupacional enquanto subsídio para a compreensão e a atuação profissional dos terapeutas ocupacionais junto à infância.

A proposta se adequa à seção de “Temas da Atualidade”, por trazer reflexão sobre temática relevante à Terapia Ocupacional, a partir de uma perspectiva ainda incipiente nos estudos brasileiros, porém, promissora e que, a nosso ver, contempla lacunas em nossa produção de conhecimento e pode fortalecer as bases que regem as práticas profissionais de terapeutas ocupacionais na infância.

2. Sobre qual criança estamos falando?

Importante pontuar que a criança da qual falamos é a criança como sujeito de direitos, regida por normativas oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Brasil, 1990).

Nossa compreensão também se embasa na perspectiva de criança-em-contexto ou criança-em-interação-com-o-ambiente, que vive na relação complexa e multifacetada com os ambientes (Rodger & Ziviani, 2006): a) Ambiente social: que envolve transformações na estrutura familiar, a inserção precoce em ambientes escolares, o afastamento de parentes ou rede de apoio, bem como condições de vulnerabilidade; b) Ambiente físico: caracterizado, no meio urbano, pela redução do espaço domiciliar para o brincar, menos possibilidades do brincar livre em ambientes abertos e condutas de superproteção dos pais; c) Ambiente cultural: expresso pela multiculturalidade, que influencia nas expectativas sobre as crianças e na participação destas em ocupações características de seus modos de vida e cultura; e d) Ambiente tecnológico: que reconhece a forte influência do desenvolvimento tecnológico e de informação na forma como as crianças interagem, brincam, usam seu tempo e processam os eventos cotidianos.

3. Compreendendo as ocupações infantis

Terapeutas ocupacionais consideram, em suas práticas, a interação das pessoas com os ambientes que frequentam, com as ocupações nas quais se envolvem, para, assim, pensar intervenções que as habilitem para o desempenho de ocupações que elas querem fazer, precisam fazer ou esperam que façam.

Por meio das ocupações, as pessoas se constituem quem são, fazem, tornam-se e pertencem a uma comunidade e cultura (Wilcock, 1999). As crianças, enquanto seres ocupacionais, também experimentam essas esferas e têm, no “ser, fazer, tornar-se e pertencer por meio das ocupações”, uma premissa básica para a compreensão de sua participação em ocupações e de seu desenvolvimento (Mandich & Rodger, 2006).

Com base na crença de que “as ocupações são combinações de tarefas que têm significado para a criança e que refletem expectativas, restrições e suportes do ambiente” (Case-Smith, 2001, p. 75) e de que as identidades infantis são moldadas a partir do que as crianças fazem (Abjornslett, Engelsrud & Helseth, 2015), destacamos a relevância das ocupações nos cotidianos infantis, de crianças com desenvolvimento típico e atípico, residentes em comunidades de alto ou baixo nível socioeconômico. As experiências que estas crianças tiverem oportunidade de vivenciar, as ocupações que forem possibilitadas para elas

desenvolverem, serão estruturantes da representação que elas, suas famílias e a comunidade ao seu entorno terão do que podem fazer.

Nesse sentido, as ocupações infantis são conceituadas como ações intencionais que as crianças realizam ao longo do seu desenvolvimento. Ao realizarem ocupações com a família, amigos ou outras pessoas, elas passam a constituir um repertório ocupacional, que conduzirá ao estabelecimento de papéis ocupacionais enquanto crianças que brincam, que estudam, que se relacionam com outras pessoas e que cuidam delas mesmas (Mandich & Rodger, 2006; Folha & Della Barba, 2020).

Assim, a participação em ocupações infantis contribui para o desenvolvimento das crianças e compõe muitas de suas relações interpessoais. Por isso, é necessário que os terapeutas ocupacionais se apropriem de estudos e pesquisas sobre ocupações infantis, de modo que possam desenvolver, cada vez mais, intervenções pautadas na atenção integral à criança e sua família (Mandich & Rodger, 2006; Dunford & Bannigan, 2011).

4. Por uma compreensão ocupacional do desenvolvimento infantil

Sendo os terapeutas ocupacionais especialistas em ocupações infantis, são - ou devem ser - necessárias teorias que os auxiliem a compreender o desenvolvimento infantil por meio do envolvimento em ocupações (Humphry, 2002; Davis & Polatajko, 2010).

Portanto, a definição de desenvolvimento, que julgamos mais coerente, com a perspectiva ocupacional da infância, é a proposta pela Teoria do Desenvolvimento Ocupacional, cunhada pelas terapeutas ocupacionais canadenses Helene Polatajko e Jane Davis, com base no Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano.

O desenvolvimento ocupacional é definido como o processo sistemático de mudança nos comportamentos ocupacionais ao longo do tempo, resultante da interação da pessoa com o ambiente e as possibilidades ocupacionais da pessoa e da sociedade (Davis & Polatajko, 2010).

Dito isso, o comportamento ocupacional infantil é o resultado da interação entre criança-ambiente-ocupação, em um processo dinâmico e complexo de vivências e oportunidades, para constituir um conjunto de ocupações, as quais fazem parte da vida de uma pessoa em determinado momento, denominado de repertório ocupacional (Njelesani, J. et al., 2017). Esse repertório ocupacional infantil se modifica ao longo da vida e é moldado por diversos fatores, incluindo as oportunidades e desafios nos ambientes frequentados pelas crianças (Hinder & Ashburner, 2017).

A Teoria do Desenvolvimento Ocupacional se encontra ancorada na crença de que o desenvolvimento humano ocorre a partir do envolvimento em ocupações, as quais proporcionam mudanças progressivas no desempenho ocupacional. Nessa perspectiva, o desenvolvimento infantil pode ser caracterizado pelo

aprendizado, periódico e de progressiva complexidade, de ocupações pelas crianças (Priece & Stephenson, 2009).

Dessa forma, o processo de desenvolvimento é resultante da interação entre a criança, engajada em ocupação, e os ambientes que frequenta, de modo que os elementos “criança” e “contexto” se apresentam não apenas como fatores que se somam, mas que interagem entre si, consolidando habilidades de desempenho e caracterizando o desenvolvimento como um desenvolvimento ocupacional (Copetti & Krebs, 2004).

Assim, consideramos o desenvolvimento humano um evento eminentemente ocupacional, ou seja, vinculado ao envolvimento dos seres humanos em ocupações características das fases da vida, da cultura e do âmbito social no qual se encontram. Essas ocupações são influenciadas pelos ambientes que as pessoas frequentam e aumentam de complexidade na medida em que a idade progride, visto que aumentam as exigências do meio (Davis & Polatajko, 2006; Case-Smith, 2001).

5. Como a perspectiva ocupacional pode subsidiar a prática profissional dos terapeutas ocupacionais da infância?

Partindo dos conceitos previamente apresentados, destacamos contribuições possíveis da adoção dessa perspectiva ocupacional para os terapeutas ocupacionais que atuam junto ao público infantil.

Historicamente, na Terapia Ocupacional, a ocupação é geralmente discutida de duas formas: ocupação como meio e ocupação como fim. A perspectiva da ocupação como meio é frequentemente compreendida através da ideia do “uso terapêutico da atividade” e tem sido o foco da profissão, em boa parte de sua história (Pontes & Polatajko, 2016). Já a abordagem da ocupação como fim significa pensar contribuições profissionais a partir do engajamento em ocupações, perspectiva essa que apenas passou a vigorar de forma importante nos últimos anos (Polatajko, 2001; Pontes & Polatajko, 2016).

Com a adoção do paradigma da ocupação pela Terapia Ocupacional, desde o século passado, as intervenções passam a enfatizar o favorecimento da participação das pessoas, buscando promover benefícios à saúde e ao bem-estar por meio do engajamento em ocupações (Polatajko, 2001).

Dessa forma, com o reconhecimento da natureza ocupacional do ser humano, o conceito de ocupação, no âmbito de sua complexidade, passou a ser o domínio central da profissão, assim como habilitar as pessoas para o engajamento em ocupações passou a ser o principal papel do terapeuta ocupacional (Pontes & Polatajko, 2016).

Portanto, a perspectiva ocupacional guia os terapeutas ocupacionais na promoção do desenvolvimento e do desempenho de crianças e famílias, contribuindo para o aprendizado e a participação infantil (Hinder & Ashburner, 2017). Da mesma forma, terapeutas ocupacionais podem utilizar suas habilidades e competências para fomentar a participação de famílias, cuidadores, bebês e crianças em suas ocupações

cotidianas. São profissionais aptos para avaliar e promover a participação da criança e da família em atividades que envolvam os aspectos cognitivos, sensoriais, sociais e motores das crianças, apoiando as famílias para o desenvolvimento do cuidado e identificando oportunidades existentes e potenciais para promover interações positivas entre pais e filhos e entre crianças e ambientes/contextos (Muhlenhaupt et. al., 2015).

A participação em ocupações infantis contribui para o desenvolvimento ocupacional e, conseqüentemente, para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo da criança, influenciando diretamente na saúde e no bem-estar infantil e da família (Mandich & Rodger, 2006; Dunford & Bannigan, 2011).

Pensando a prática profissional dos terapeutas ocupacionais voltada para a infância, é importante mencionarmos que os processos de avaliação, intervenção e reavaliação são transversalizados pelo raciocínio clínico. Diante disso, é indispensável que esse raciocínio clínico seja guiado pela perspectiva ocupacional, desde o primeiro contato com a criança e sua família até a avaliação dos resultados da intervenção.

A respeito dos processos de avaliação, diversas medidas de avaliação têm tradicionalmente enfatizado as mudanças nas funções do corpo, como coordenação motora ou movimento voluntário. Recentemente, algumas medidas têm se voltado para a ênfase nas ocupações e na participação, como a Medida Canadense de Desempenho Ocupacional, o Inventário de Avaliação Pediátrica (PEDI) e a Medida da Participação e do Ambiente – Crianças e Jovens (PEM-CY), instrumentos já validados para a população brasileira (Dunford & Bannigan, 2011). Além destes, há outras escalas, em países de língua inglesa, que são voltadas para avaliação do envolvimento infantil em ocupações.

Apesar da relativa escassez de protocolos de avaliação, sob a perspectiva ocupacional, com validação/adaptação transcultural para o contexto brasileiro, é possível lançar um olhar ocupacional para diversos instrumentos de avaliação do desenvolvimento, que já são comumente utilizados no Brasil, tais como o teste de Denver II, a Escala Motora Infantil de Alberta, entre outros.

Para tanto, um raciocínio clínico eminentemente ocupacional, em nossa perspectiva, deve ler os dados da avaliação/anamnese a partir de uma lente ocupacional, identificando as reverberações do resultado do teste nas ocupações infantis, a partir da identificação do impacto das alterações identificadas no desenvolvimento infantil, na vida cotidiana e em família da criança em questão. A partir disso, cabe estabelecer os objetivos da intervenção de Terapia Ocupacional, com ênfase nas ocupações da criança e da família, em seus contextos de vida e considerando os ambientes que frequenta e as pessoas com quem se relaciona. Uma vez implementada a intervenção de Terapia Ocupacional, cabe analisar os resultados da intervenção a partir dos desdobramentos ocupacionais, identificando quais as repercussões dos ganhos funcionais ou dos aspectos desenvolvidos para o engajamento em ocupações por aquela criança e sua família.

É válido destacar alguns riscos e benefícios que concebemos mediante adoção dessa perspectiva ocupacional. Enquanto benefícios, listamos: apropriação, pelos terapeutas ocupacionais, de um campo de saber específico; possibilidade de diálogo com autores e perspectivas internacionais, o que caracteriza atualização da discussão científica e clínica com terapeutas ocupacionais de outras regiões; tendência ao desenvolvimento de terminologias e perspectivas da profissão, que potencializam a compreensão e o reconhecimento interprofissional e pela comunidade; e desenvolvimento de pesquisas e estudos, que possam construir novos conhecimentos, pautados nos pilares deste referencial de base, em Terapia Ocupacional. Enquanto possíveis riscos, alertamos para: a armadilha de superficialidade, quanto ao aparato teórico-metodológico para a intervenção, caso a mesma recaia sobre a supervalorização da teoria em si e rejeição completa de outras abordagens teóricas complementares, bem como técnicas e recursos de intervenção; e o risco de se tentar criar uma "verdade universal", fora da qual não há solução.

Acreditamos que a perspectiva do Desenvolvimento Ocupacional é uma das formas de compreender as ocupações infantis. Corresponde a um referencial de base para subsidiar as intervenções de Terapeutas Ocupacionais junto ao público infantil e não se espera, com ela, a instauração de um modelo ou de uma verdade absoluta. Ao contrário, a adoção dela busca fortalecer a oferta de práticas e a produção de conhecimento fundamentado nas bases e especificidades da Terapia Ocupacional.

6. Conclusão

Este manuscrito propõe a reflexão acerca da adoção da perspectiva ocupacional para a compreensão do desenvolvimento infantil na atuação dos terapeutas ocupacionais que atuam junto a crianças. Traz elementos históricos, que se mostram importantes para analisarmos os referenciais, que têm fundamento as práticas neste campo, e aponta para a discussão sobre a importância de construirmos pesquisa e práticas profissionais pautados em pressupostos teóricos e metodológicos específicos do campo da Terapia Ocupacional, visando nosso reconhecimento interprofissional e social, bem como o fortalecimento de nossas bases teóricas.

Referências

Abjornslett, M., Engelsrud, G. H. & Helseth, S. (2015). How Children with Disabilities Engage in Occupations during a Transitional Phase. *Journal of Occupational Science*, 22(3), 320-333. <https://doi.org/10.1080/14427591.2014.952365>

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Case-Smith, J. (2001). Development of childhood occupations. In: CASE-SMITH, J. *Occupational Therapy for Children* (pp. 71-94). 4 ed. Missouri: Mosby.

- Copetti, F. & Krebs, R.J. (2004). As propriedades da pessoa na perspectiva do paradigma ecológico. In: Koller, S.H. *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 67-89). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Davis, J. & Polatajko, H. (2006). Occupational development of children. In: Rodger, S. & Ziviani, J. *Occupational Therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 136-157). Malden: Blackwell Publishing.
- Davis, J. & Polatajko, H. (2010). Occupational development. In: Christiansen, C. & Townsend, E. *Introduction to Occupation* (pp. 135-174). New Jersey: Pearson.
- Dunford, C. & Bannigan, K. (2011). Children and young people's occupations, health and well being: a research manifesto for developing the evidence base. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 64(1), 46-52. <https://doi.org/10.1179/otb.2011.64.1.011>
- Folha, D.R.S.C. & Della Barba, P.C.S. (2020). Produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis: uma revisão de literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 227-245. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1758>
- Hinder, E. & Ashburner, J. (2017). Occupation-centred intervention in the school setting. In: Rodger, S. & Kennedy-Behr, A. *Occupation-centred practice with children: a practical guide for Occupational Therapists* (pp. 233-256). 2 ed. Reino Unido: Wiley Blackwell
- Humphry, R. (2002). Young children's occupations: Explicating the dynamics of developmental processes. *American Journal of Occupational Therapy*, 56(2), 171-179. <https://doi.org/10.5014/ajot.56.2.171>
- Mandich, A. & Rodger, S. (2006). Doing, being and becoming: their importance for children. In: Rodger, S. & Ziviani, J. *Occupational Therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 115-135). Malden: Blackwell Publishing
- Muhlenhaupt, M. et al. (2015). Occupational Therapy contributions in early intervention: implications for personnel preparation and interprofessional practice. *Infants and Young Children*, 28(2), 123-132. <https://doi.org/10.1097/IYC.0000000000000031>
- Njelesani, J. et al. (2017). Test Construction of the Occupational Repertoire Development Measure-Parent (ORDM-P). *American Journal of Occupational Therapy*, 71(-). <https://doi.org/10.5014/ajot.2017.71S1-PO4144>
- Polatajko, H. J. (2001). The evolution of our occupational perspective: the journey from diversion through therapeutic use to enablement. *Canadian Journal Occupational Therapy*, 68(4), 203-207. <https://doi.org/10.1177/000841740106800401>

Pontes, T.B. & Polatajko, H. (2016). Habilitando ocupações: prática baseada na ocupação e centrada no cliente na Terapia Ocupacional. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, 24(2), 403-412.

<http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0709>

Preece, P. & Stephenson, S. (2009). Learning to promote occupational development through co-occupation. *Journal of Occupational Science*, 16(3), 180-186.

<https://doi.org/10.1080/14427591.2009.9686660>

Rodger, S. & Kennedy-Behr, A. (2017). Introduction to occupation-centred practice for children. In: Rodger, S. & Kennedy-Behr, A. *Occupation-centred practice with children – A practical guide for Occupational Therapists* (pp. 1-20). 2 ed. Reino Unido: Wiley Blackwell

Rodger, S. & Ziviani, J. (2006). Children, their environments, roles and occupations in contemporary society. In: Rodger, S. & Ziviani, J. *Occupational Therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 3-21). Malden: Blackwell Publishing

Wilcock, A. A. (1999). Reflections on doing, being and becoming. *Australian Occupational Therapy Journal*, 46(-): 1-11. <https://doi.org/10.1177/000841749806500501>

Yerxa, E. (1967) 'Eleanor Clarke Slagle Lecture: Authentic Occupational Therapy', *American Journal of Occupational Therapy*, 21:1-9

Contribuição dos autores: D. R. S. C. F. foi responsável pela concepção do projeto de pesquisa; levantamento bibliográfico; concepção do texto; organização de fontes e/ou análises; formatação das referências do artigo. P. C. S. D. B. fez a Orientação da pesquisa desde a concepção do projeto até a conclusão do trabalho; redação e revisão do texto final do artigo e formatação do artigo.

Recebido em: 06/01/2021

Aceito em: 26/03/2021

Publicado em: 09/11/2021

Editor(a): Carla Cilene Baptista Silva